ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2019/2021

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS003500/2019
DATA DE REGISTRO NO MTE: 17/12/2019
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR069375/2019
NÚMERO DO PROCESSO: 10264.102091/2019-98
DATA DO PROTOCOLO: 09/12/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE CANELA, CNPJ n. 90.615.378/0001-92, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ENEDIR BARRETO;

E

RAMBO & OLIVEIRA RESTAURANTE, MERCEARIA, ARTESANATO, CURSOS E EVENTOS LTDA, CNPJ n. 35.078.034/0001-83, neste ato representado(a) por seu Administrador, Sr(a). LEANDRO DE OLIVEIRA ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 26 de novembro de 2019 a 25 de novembro de 2021 e a data-base da categoria em 26 de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **dos trabalhadores em hotéis, apart-hotéis, motéis, hospedarias, campings, restaurantes, churrascarias, pizzarias, bares, lancherias, trailers, bombonieres, rotisseries, economatos de clubes, empresas de refeições preparadas ou coletivas, boates, casa noturnas e casas de massagem**, com abrangência territorial em **Canela/RS**.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outras Gratificações

CLÁUSULA TERCEIRA - TAXA DE SERVIÇO (PONTINHOS)

A empresa acordante cobrará nas notas de fornecimento de alimentação, bebida e outros produtos comercializados pela mesma, autorizada pela Lei nº 13.419/2017, a taxa adicional de 10% (dez por cento), diretamente do cliente usuário dos mencionados serviços.

IA empresa acordante reterá, mensalmente, a importância equivalente a 20% (vinte por cento) do valor faturado a título de taxa de serviço, para cobertura de despesas de encargos sociais e tributáveis incidentes ou que venham a incidir sobre o valor bruto registrado mensalmente, conforme previsão da Lei nº 13.419/2017. O saldo restante, de 80% (oitenta por cento), será distribuído aos empregados da empresa, na

proporção definida por funções exercidas, de acordo com o sistema de pontos constante no quadro de classificação que segue:

NÚMERO DE PONTOS POR TEMPO DE CONTRATO DE TRABALHO						
FUNÇÃO	CONTRATO DE	01 ANO	A PARTIR	A PARTIR	A PARTIR	A PARTIR
	EXPERIENCIA		DO 01 ANO	DO 02 ANO	DO 03 ANO	DO 04 ANO
AUX. DE LIMPEZA	2	4	5	6	7	8
AUX. DE COZINHA	3	6	7	8	9	10
COZINHEIRO	4	8	9	10	11	12
AUX. DE PARRILLA	4	8	9	10	11	12
PARRILLERO	5	10	11	12	13	14
GARÇON	3	6	7	8	9	10
BARMAN	3,5	7	8	9	10	11
MAITRE	4	8	9	10	11	12
VENDEDOR	3	6	7	8	9	10
CAIXA	3	6	7	8	9	10

a. Os empregados terão direito a acréscimo de pontos, conforme previsto na tabela acima, somente no mês subsequente ao completar o tempo de serviço necessário. Ou seja, independentemente do dia em que o empregado completar o tempo necessário para acréscimo de ponto, somente receberá o acréscimo no mês subsequente.

b. Os números de pontos previstos no quadro de classificação em anexo são para os empregados contratados em regime de tempo integral, ou seja, de 180 e/ou 220 horas mensais, sendo que, em caso de empregados com jornada inferior a estas, os pontos serão pagos proporcionalmente ao número de horas contratadas, utilizando-se como base o divisor de 220.

c. O valor a ser rateado a título de taxa de serviço, considerará somente os valores efetivamente faturados a este título, não havendo rateio da taxa de serviço em relação a cortesias e descontos concedidos aos clientes usuários, assim como em caso de permutas com fins publicitários e de divulgação da empresa.

d. Não será considerado para o recebimento de pontos, o tempo de contrato de trabalho de contratos anteriores, devendo ser ininterruptos os prazos para o acréscimo de pontos decorrentes do tempo do contrato de trabalho.

II. A importância a ser distribuída aos empregados, de acordo com o sistema de pontos, obedecerá à proporcionalidade da frequência mensal tanto para os casos de faltas injustificadas, quanto justificadas. Ainda para os casos de faltas injustificadas, serão desconsideradas para o cálculo dos pontos, e, perderá o direito aos pontos do mês o empregado que no período de apuração faltar ao serviço por 02 (dois) ou mais dias, sem nenhuma justificativa.

a. Para as faltas justificadas, o empregado que apresentar atestados que somem até 02 (dois), não perderá os pontos dos referidos dias. Caso apresente atestados que somem mais de 02 (dois) dias, será utilizada a proporcionalidade referida no caput desta cláusula.

b. No caso de faltas com atestado em virtude de acidente do trabalho, o empregado terá participação integral na distribuição dos pontos arrecadados durante o período em que perdurar o afastamento do trabalho.

III. A distribuição dos pontos deverá ser efetuada juntamente com o pagamento mensal, ou seja, até o quinto dia útil do mês subsequente da arrecadação, sendo que o período de arrecadação para fins de cálculo e distribuição será entre os dias 01 e 30 do mês anterior ao do pagamento.

IV. Os empregados em gozo de férias receberão por ocasião do retorno ao emprego, o valor referente aos pontos arrecadados durante o período em que perdurar a interrupção do contrato de trabalho, uma vez que, quando do pagamento das férias, estas serão calculadas com a média salarial recebida durante o período aquisitivo, considerando, inclusive, o valor recebido a título de pontinhos.

V. As empregadas que estiverem em licença maternidade/adoção não terão participação da distribuição de pontos. Em caso de acidente do trabalho, doença profissional ou doença simples, que enseje a implantação de benefício previdenciário, o empregado terá direito de receber a taxa de serviço durante os primeiros quinze dias. A partir do 16º dia, tendo em vista o benefício implantado, cabe ao órgão previdenciário o pagamento dos salários enquanto perdurar o benefício, sendo que desde aquela data até a alta previdenciária, não terá mais direito a percepção do rateio da taxa de serviço, haja vista o benefício ser calculado com média remuneratória composta pela inclusão da taxa de serviço.

VI. A taxa de serviço ora ajustada passa a integrar **remuneração** dos empregados, para todos os efeitos legais, nos termos do Artigo 457, da CLT, não servindo, no entanto, de base de cálculo para as parcelas relativas ao aviso prévio, inclusive indenizado, horas extras, adicional noturno, repouso semanal remunerado, conforme previsão da Súmula 354 do TST.

VII. Nas rescisões contratuais, em caso de aviso prévio indenizado, o empregado não terá direito ao recebimento dos pontos do período; em caso de aviso prévio trabalhado, o empregado receberá o valor dos pontos relativo ao período trabalhado. Para pagamento da proporcionalidade prevista na Lei nº 12.506/2011, será considerado para pagamento a média dos pontos dos últimos 12 meses de contrato.

VIII. A Empresa acordante anotará na CTPS dos empregados o recebimento desta parcela, conforme previsão do artigo 457, §6º, inciso III e §8º, da CLT.

IX. Ao final da assembleia foram indicados pelos empregados, através de eleição entre os mesmos, três representantes, um efetivo e dois suplentes, respectivamente, Sr. Rafael Jonatas De Moura (CPF nº 013.510.700-88), o Sr. Rodrigo Leidens Moraes (CPF nº 026.497.180-99) e o Sr. Kerlon Juan Borges Cardoso (CPF nº 036.429.560-09), que terão a obrigação de zelar pelo cumprimento fiel deste acordo coletivo, inclusive com faculdade de conferir os valores arrecadados a título de taxa de serviço, assim como, o valor do ponto mensal.

a. Para ser candidato à representação, o empregado deverá ter pelo menos doze meses de contrato de trabalho, que não esteja gozando de qualquer benefício previdenciário e, não tenha recebido ao longo dos últimos doze meses nenhuma advertência ou suspensão.

Outros Adicionais

CLÁUSULA QUARTA - PARTICIPAÇÃO DE LUCROS

Será pago um valor de 2% (dois por cento) do faturamento líquido da empresa La Estacion (Empório) que será rateado a todos os funcionários utilizando o mesmo critério da tabela de pontos e que virá discriminado em contracheque, mensalmente, a título de comissão.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA QUINTA - VALE ALIMENTAÇÃO

A empresa acordando pagará um valor mensal a todos os seus empregados no valor de R\$150,00 (Cento e Cinquenta reais), mensalmente, a título de vale alimentação

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Normas Disciplinares

CLÁUSULA SEXTA - REGULAMENTO INTERNO DA EMPRESA

Contribuir para as condições higiênicas do local de trabalho, utilizando adequadamente os utensílios e dependências sanitárias (armários, vestiários, banheiros, etc.)

- a. Respeitar as normas de segurança, para não pôr em risco a segurança dos colaboradores, dos clientes ou do patrimônio da empresa
- b. Comunicar de imediato ao seu gestor qualquer anormalidade existente ou observada no maquinário, utensílios, patrimônio ou fato anormal dentro ou nas imediações da empresa.
- c. Não ausentar-se do local de trabalho sem permissão do supervisor.
- d. Não fumar durante o horário de trabalho.

- e. Não mascar chicletes.
- f. Não ingerir bebida alcoólica durante a jornada de trabalho e nas imediações da empresa.
- g. Cooperar com os colegas e supervisores, falando sempre a verdade.
- h. Não utilizar-se de palavras obscenas e nem gritar.
- i. Não ler jornais, revistas ou livros durante o horário de trabalho.
- j. Não praticar qualquer jogo ou brincadeira durante o horário de trabalho.
- k. Não permanecer dentro dos recintos da empresa fora do horário de trabalho sem autorização dos supervisores.
- l. Comunicar ao supervisor imediato, em caso de necessidade de faltar ou atrasar-se para o trabalho com a máxima antecedência possível. Atestados devem ser entregues até 48 horas.
- m. Utilizar-se da entrada principal/funcionários e não estar acompanhado de qualquer visitante sem devida autorização.
- n. Não trazer ou retirar qualquer volume ou pacote sem autorização por escrito da administração.
- o. Entregar ao setor todo e qualquer objeto encontrado nas dependências da empresa.
- p. Evitar o uso exagerado de jóias e enfeites durante o expediente de trabalho.
- q. Não promover compra ou venda de quaisquer artigos. Não promover rifas e/ou ingressos em geral.
- r. Não usar o endereço da empresa para correspondências particulares.
- s. Não adquirir nenhum bem ou serviço em nome do La Estación em caráter pessoal sem autorização da administração.
- t. Não fazer ligações telefônicas particulares, salvo em caso de emergência, com autorização da administração.
- u. Não receber visitas de parentes, amigos, ou ex-funcionários nas dependências do hotel, exceto como clientes.
- v. Cada colaborador é responsável pelo seu ponto, devendo bater de forma correta na entrada, saída e horário de descanso.
- w. Comunicar a administração em caso de alteração de dados de registro como: casamento, nascimento de filhos, mudança de endereço, etc.
- x. É expressamente proibido o uso de uniformes fora da empresa sem autorização.
- y. Os armários devem ser usados apenas para guardar suas roupas, uniformes e pequenos objetos pessoais. Não use para guardar objetos de valor, drogas e bebidas.
- z. As bolsas e ou sacolas devem ser deixadas no armário do vestiário.

a1. Os colaboradores deverão comparecer às reuniões gerais ou de setor, sempre que solicitado pela administração. Caso estiver impossibilitado de comparecer, deverá justificar a sua ausência.

b1. Sempre que solicitado o exame médico periódico, o funcionário deverá cumprir com o horário marcado.

c1. Não utilizar, sem autorização, o telefone celular durante a jornada de trabalho. Este somente pode ser utilizado durante o intervalo. O celular deve permanecer no armário do vestiário durante o horário de trabalho, exceto para funções autorizadas pela administração.

d1. Os produtos e serviços da Steakhouse são exclusivos para venda/consumo dos clientes, não é permitida a comercialização e o consumo dos mesmos para funcionários

1. O pagamento efetivo da taxa de serviço ao empregado está diretamente vinculado ao respeito às normas e procedimentos contidos no regulamento interno acima. A cada descumprimento de norma acarretará, além de advertência, o desconto de 1 (um) ponto, conforme tabela de pontos, do funcionário. O valor descontado será automaticamente dividido pelos demais colaboradores.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA SÉTIMA - BANCO DE HORAS

Por meio da presente cláusula as partes definem os critérios para implantação de jornada compensatória, nos termos do que dispõe o artigo 59, parágrafo segundo, da CLT, fixando as suas condições de operacionalização, bem como os direitos e deveres dos empregados e do empregador.

a- Serão abrangidos pela presente cláusula todos os empregados da empresa sujeitos ao controle de jornada.

b- Fica a empresa autorizado a compensar o excesso de jornada de trabalho em um dia (horas positivas) pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 01 (um) ano, SENDO QUE O ACERTO DAS HORAS DEVERÁ SER FEITO NO MÊS DE JUNHO DE CADA ANO.

c-Eventual extrapolação dos limites de jornada previstos do item anterior não descaracterizará o Banco de Horas ora implementado.

d-Além dos limites legais acima referidos, a empresa deverá respeitar o limite mensal de horas compensáveis de 60% (sessenta por cento) das horas extraordinariamente trabalhadas, devendo remunerar as 40% (quarenta por cento) restantes, junto à folha de pagamento correspondente ao mês trabalhado.

e-As horas excedentes à jornada contratual de trabalho, poderão ser compensadas por ausências ao trabalho (folga), na proporção de 1 (uma) hora de trabalho por 1 (uma) hora de descanso.

f- Se, ao término do período de um ano, os empregados permanecerem com crédito no banco de horas, terão pagas como extras as horas respectivas junto à folha de pagamento do mês subsequente ao fechamento do banco de horas.

g- Os empregados poderão, mediante requerimento escrito e protocolado no Departamento de Recursos Humanos até o dia 20 de cada mês, solicitar a compensação integral das horas extras realizadas no mês ou

no ano, hipótese em que a empresa estará dispensados da obrigação de pagar estabelecida na cláusula “d”.

h- Fica a empresa autorizado a compensar as faltas e atrasos ao serviço no banco de horas. A inclusão das horas relativas às faltas e atrasos será incluída no banco de horas como horas negativas para os empregados.

i- As horas negativas poderão gerar saldo negativo ou simplesmente abater eventual saldo positivo do empregado no banco de horas.

j- Enquanto ocorrer saldo negativo, a empresa poderá compensar integralmente as horas extraordinárias trabalhadas, estando isento da obrigação de pagamento de 40% das horas extras prevista na cláusula “d” deste instrumento.

k- O sistema de compensação não prejudicará o direito do empregado aos intervalos de alimentação, ficando dispensada, contudo, a assinalação dos horários respectivos nos controles de ponto.

l- Ocorrendo desligamento do empregado, seja por sua iniciativa, seja por iniciativa da empresa, o saldo credor de horas deverá ser pago junto às demais verbas rescisórias.

m- Caso o saldo do banco de horas do empregado despedido seja devedor, a empresa não descontará os valores respectivos, exceto se a ruptura do contrato se der por solicitação do empregado, ou por justa causa, hipóteses em que haverá o desconto das horas no acerto das verbas rescisórias.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA OITAVA - INTERVALO INTRAJORNADA

Com base no artigo 611-A, III da CLT, as partes acordantes convencionam que o intervalo intrajornada de uma hora poderá ser reduzido para, no mínimo, trinta minutos

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA NONA - HORA EXTRA EM ATIVIDADE INSALUBRE

É autorizada a prorrogação de jornada para empregados que laboram expostos a condições insalubres, sem prévia autorização do Ministério do Trabalho, conforme exposto no artigo 611-A, XIII, da CLT.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

A empresa acordante obriga-se a descontar a mensalidade social negocial e contribuições aprovadas em assembléia dos trabalhadores, de todos os seus empregados, e recolhe-la em favor da entidade, mediante boleto bancário até o dia 10 do mês subsequente ao mês do desconto, e o acordo abrangerá somente os empregados contribuintes com o Sindicato.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CÂMERAS DE SEGURANÇA

Declaram os empregados ter ciência que nas áreas comuns da empresa, existem câmeras de segurança com sistema de vídeo por questões de segurança dos próprios empregados, colaboradores e clientes, razão pela qual concordam que as filmagens sejam armazenadas e utilizadas para eventuais expedientes administrativos e policiais.

I. Fica desde já acordado entre as partes que os empregados poderão estar sujeitos a ter as suas imagens divulgadas em publicidade, que envolvam o seu setor de trabalho, sem que de tal decorram quanto aos adicionais remuneratórios em decorrência de sua participação, sendo que a reprodução da imagem fica expressamente autorizada pelos empregados, para fins de divulgação comercial da empresa

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - COMPROMISSO

Os empregados representados pelo Sindicato, e a empresa acordante, obrigam-se a respeitar os termos do presente acordo no prazo de vigência do mesmo

I. O Sindicato acordante compromete-se a protocolar e requerer o registro deste Acordo, na Delegacia Regional do Trabalho.

II. As divergências oriundas do presente acordo serão dirimidas pelas partes, mediante Assembleia Extraordinária, especialmente convocada. E por assim estarem justos e acordados, firmam os signatários o presente Acordo Coletivo de Trabalho, em três vias de igual teor e forma

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOMINGOS

Em decorrência da sazonalidade turística da região abrangida por essa categoria econômica consideram-se domingos como dia útil para fins de trabalho pelos empregados da empresa acordante, tanto para homens como para mulheres.

ENEDIR BARRETO

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE CANELA

LEANDRO DE OLIVEIRA

Administrador

**RAMBO & OLIVEIRA RESTAURANTE, MERCEARIA, ARTESANATO, CURSOS E EVENTOS
LTDA**

ANEXOS

ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.